



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

Processo TC 2293/126/15
Poder EXECUTIVO
Município Areiópolis
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIÓPOLIS
Período 12/2015
Relator Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora UR-02 UNIDADE REGIONAL DE BAURU
Responsável AMARILDO GARCIA FERNANDES
Cargo PREFEITO
CPF 046.996.678-56
Período de Gestão 01/01/2013 a 31/12/2016

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	12	2015
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	12	2015
PARECER CONSELHO FUNDEB	12	2015
Cadastro Eletrônico de Obras em Execução	12	2015
PLAN LDO ATUALIZADA	12	2015
PLAN LOA ATUALIZADA	12	2015
PLAN PPA ATUALIZADO	12	2015
Conciliações Bancárias Mensais	12	2015
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 13 CONTA CONTABIL	13	2015

BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 13 CONTA CORRENTE	13	2015
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 14 CONTA CONTABIL	14	2015
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 14 CONTA CORRENTE	14	2015

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Alerte-se que as baixas ocorreram aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, devendo o órgão adotar os ajustes necessários.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Alerte-se que a despesa total com pessoal, no quadrimestre ora analisado, superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000. Esclareça-se que o percentual encontrava-se no quadrimestre anterior acima do limite legal e que foi efetuada a recondução do excesso no percentual abaixo do exigido no art. 23 da LRF, ficando sujeito às vedações impostas no seu §3º.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 07/04/2016
Hora da Geração: 08:26:14